

RESENHA

“TEMPLO DO PRIVADO E CORAÇÃO DO PÚBLICO”: A FAMÍLIA COMO ALVO DOS DISCURSOS EDUCACIONAIS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

“Temple of the private and the public’s heart”: the family as the focus of educational discourses in the early decades of the twentieth century

Paula Cristina David Guimarães¹

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2007. 184p.

Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, é professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atua no Programa de Pós-graduação em Educação.

No livro, *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*, a autora destaca o papel da educação como um dos principais instrumentos para se alcançar a “afirmação de uma realidade nacional em bases modernas” para o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

O texto busca evidenciar as ações educativas em sentido social amplo, ou seja, não associar o ensino e aprendizagem somente à instituição escolar, mas também aponta a existência de iniciativas pedagógicas elaboradas fora do aparelho do Estado, como nos manuais escritos para moças e mulheres, artigos em jornais e revistas, romances, contos, entre outros variados suportes, que agiram como formadores da mulher e da família brasileira.

Magaldi destaca também, o contexto político e educacional da época no qual estavam inseridas as idéias pedagógicas direcionadas à família, sendo esta, tema central das ações e preocupações políticas e culturais da primeira metade do século XX. A família era considerada, ao mesmo tempo, “templo do privado e coração do público” (p. 13).

A autora utiliza conceitos de Christopher Lasch (1991) e Norbert Elias (1994) para explicitar o papel da família como agente de socialização. Lasch aponta a família como reprodutora dos padrões sociais no indivíduo, “a família inculca modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos”. Para Elias a instituição familiar desempenha o papel de “disseminadora de normas sociais que, introjetadas pelos indivíduos, se expressam progressivamente como autocontrole de atitudes e emoções” (p. 19).

Para além do olhar dirigido ao ler, escrever e contar configurava-se também a preocupação com a extensão da educação formal de maneira mais ampla, em cuja esfera seriam veiculadas lições de sentimento pátrio. A constituição de uma nação “organizada”

¹ Mestranda em Educação na Universidade Federal de São João del-Rei. Contato: paulacd@yaho.com.br

deveria incluir ainda outros elementos fundamentais, como a transmissão de hábitos e comportamentos saudáveis; nesse âmbito, educação e saúde caminhariam juntas.

Diante de tais afirmações, intelectuais da época elegeram a família como objeto de análise e alvo de suas ações. Suas propostas eram encaminhadas no sentido de forjar a nação nas bases desejadas; neste sentido se fazia necessário intervir sobre a organização dos núcleos familiares.

Magaldi destaca as diferentes visões dos intelectuais, que conferiam sentidos diversos à noção de família. Assim, são analisadas cinco ações de diferentes intelectuais brasileiros do início do século XX, que refletiram sobre a instituição familiar e sobre seu papel educativo, encaminhando projetos pedagógicos importantes na direção das famílias de seu tempo.

O primeiro capítulo é dedicado ao exame dos *Manuais Femininos* de Júlia Lopes de Almeida, importante literata brasileira, produzidos entre fins do século XIX e a década de 1920, e constituídos de conselhos relativos ao universo da mulher. Nesses textos, pretendia-se atingir principalmente mulheres das camadas médias e dominantes que compunham a maioria das leitoras daquela época e que partilhavam dos mesmos valores culturais da autora, de valorização de sua vivência doméstica e de subordinação de sua arte à rotina do lar. Indiretamente, esperava-se que as lições de Júlia se estendessem às mulheres dos “segmentos subalternos”, assim como a sociedade mais ampla (p. 29).

No segundo capítulo, a autora reflete sobre a maneira como o tema família foi tratado por intelectuais inseridos no campo educacional. É analisada a atuação de Armanda Álvaro Alberto e Cecília Meireles, educadoras que tiveram lugar de destaque nas discussões educacionais da época e na disseminação dos ideais do movimento da chamada “Escola Nova”. As educadoras enfocavam o papel da família na educação e sua importância na escola. Distanciando-se da esfera doméstica para a esfera pública, ambas intelectuais se ligaram de forma direta e indireta a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924 e ao “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932 e que teve Armanda e Cecília como duas das três únicas signatárias.

As ações do padre jesuíta Leonel França são tratadas no terceiro capítulo, em que se destacam projetos de intervenção pedagógica, principalmente os relativos ao universo familiar, que estiveram ancorados no projeto institucional da Igreja Católica. As reflexões de Magaldi estão em torno da atuação desse intelectual na educação das famílias brasileiras e o projeto de “renovação católica” em curso a partir do ano de 1920. Pe. Leonel França, sacerdote e educador, cujo apostolado estendeu-se para além do espaço paroquial, esteve profundamente envolvido nos debates educacionais da época. Dedicou-se a uma obra pedagógica voltada para o que compreendia como a “regeneração da família e da sociedade brasileira”. Atuou como combatente exemplar das posições da Igreja Católica, principalmente em defesa do ensino religioso dentro das escolas brasileiras.

No quarto e último capítulo, a autora examina a incorporação de formulações da eugenia, bem como da psicanálise, através das ações empreendidas por Júlio Pires Porto-Carrero, psiquiatra, que incorporou uma perspectiva modeladora da família tanto no aspecto físico como mental. Aqui, a referência central seria encontrada na ciência, representada por uma área de estudos introduzida no Brasil a partir da década de 1920:

a psicanálise. Porto-Carrero procurava responder de forma destacada a tarefa de ensinar os educadores a educar, descortinando para eles o universo da psicanálise. Para isso, Porto-Carrero estabeleceu uma importante interlocução com a Associação Brasileira de Educação (ABE) à frente de variadas iniciativas, entre as quais a organização de cursos de psicanálise destinados a educadores e à apresentação de trabalhos em Conferências Nacionais de Educação.

A autora destaca que, em todos os discursos analisados, a menção normativa é evidente, e que em todos os projetos estudados, fica evidente a imposição de padrões para o funcionamento da vida familiar e para a atuação das famílias na educação dos filhos. Magaldi também defende a idéia de que, nas primeiras décadas do século XX, havia uma “teia” de propostas de intervenção dirigidas às famílias brasileiras com finalidade civilizatória.

O trabalho empreendido pela professora transita pelo campo de análise da história das idéias. O ideário civilizatório das primeiras décadas do século XX apresentado no livro, pode ser relacionado à atuação de outros intelectuais da época analisada como, por exemplo, a do médico e educador Belisario Penna que, assim como Júlio Pires, também se fazia valer do discurso higiênico/eugênico na formação de “bons” indivíduos para a sociedade brasileira.

O valor desta obra se expressa pelas conexões que a autora realiza ao analisar os discursos e projetos educacionais de diferentes intelectuais da educação. A autora analisa tais discursos tendo em vista os embates e os aspectos de interlocução que eles revelam entre si. Suas análises são marcadas por uma dinâmica de aproximações e afastamentos entre as posições dos diferentes intelectuais analisados, possibilitando assim uma leitura das reais relações e condições de produção destes discursos.

O livro apresentado constitui um valioso instrumento para pesquisadores do campo da História da Educação, principalmente aqueles interessados nos discursos que permeavam a educação brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Recebido em dezembro de 2009

Aprovado em janeiro de 2010